
FINKELSTEIN, I. *Realidades hasmoneias subjacentes aos livros de Esdras, Neemias e Crônicas: perspectivas arqueológicas e históricas*. Trad. Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas; Recriar, 2022, 272 p. ISBN: 9786558080978 / 9788553107766. [*Hasmonean Realities behind Ezra, Nehemiah, and Chronicles: Archaeological and Historical Perspectives*. Atlanta, GA: SBL Press, 2018, 222 p. ISBN 9780884143086]

Israel Finkelstein, professor emérito do Department of Archaeology and Ancient Near Eastern Cultures at Tel Aviv University, presenteia-nos com o livro *Realidades hasmoneias subjacentes aos livros de Esdras, Neemias e Crônicas*, em tradução ao português, no qual apresenta novas evidências sobre as *Crônicas Históricas* judaicas à par de testemunhos materiais e postulações provavelmente irrefutáveis.

Ficamos entusiasmados com descobertas que desafiam as verdades eletivas, por isso nos dedicamos à leitura do livro, distinguindo a abordagem historiográfica. Na pesquisa dos registros mais emblemáticos das redações sobre as quais se ocupa, a saber, a lista dos repatriados – fundamento perspectivo para a invenção das tradições do comissário persa Esdras e para a construção do administrador provincial Neemias –, o autor expõe o programa das suas proposições: “Sou propenso a conceder à arqueologia um papel central, independente, e trato os textos como obra literária estratificada, cujas camadas estão entretecidas com os fins ideológicos de seus autores e com as realidades de seu tempo” (p. 80-81).

Os temas e debates encetados no livro não são novos, deles se ocuparam tanto o próprio Finkelstein quanto vários pesquisadores – basta ver a *intrigue* estabelecida a cada problema interpretativo sobreposto pelo autor a tantos arqueólogos e suas pesquisas –, mas agora as novas evidências são apresentadas à maneira de contraprovas. Esquemáticamente, o primeiro capítulo ficaria onde se encontra o quarto por intermediar os três temas que se dialogam como correspondentes: 2/5, 3/7 e 4/6. Nesse regime de arqueologia, quais objetivos emergem? Historizar inspeções de sítios arqueológicos e estratigrafias, e assim estabelecer novas datações, ou pelo menos propor, para os grandes eventos das assim chamadas *Crônicas Históricas* judaicas (Esdras, Neemias e Crônicas).

Para a nossa leitura crítica em constatações perspectivistas, faremos um mapeamento.

No *capítulo 1*, a pesquisa foca na geografia de Jerusalém visando dimensionar a estrutura do assentamento. Passa-se da “visão atual” em que são aludidos mais de uma dúzia de estudos; relevantes são os estudos de Diana Edelman e Oded Lipschits, que consideram as construções – muros, templo e uma fortaleza – como decisivos para a província de Yehud obter alguma função administrativa na região. Finkelstein (p. 28-29) concorda com as declarações de David Ussishkin sobre tomar as fontes materiais como “ponto de partida para o estudo de Jerusalém” e de Lipschits, sobre o fato de inexistir “achados arquitetônicos ou outros que confirmem” um trabalho de urbanização em Jerusalém na época de presumível atuação de Neemias.

Em seguida aos resultados da análise de “75 das 85 impressões de selo de Yehud, oriundas das escavações de Shiloh” (p. 36), publicadas por Donald T. Ariel e Yair Shoham, passa-se às revisões contrapostas: a atividade de construção no monte do Templo além de não ser intensa “não incluía áreas densamente habitadas” e importantes áreas, como a aresta da “Cidade de Davi” e a parte sul eram desabitadas. Isso não apenas confirma a redução demográfica, desautoriza análises baseadas numa demografia com ideais estatais.

Revisão das estimativas demográficas: em contraste com as variáveis estimativas de 1.250-1.500 (Charles E. Carter), 3.000 (Lipschits) e até 15.000 (Joel P. Weinberg) habitantes assentados em Jerusalém no período persa, Finkelstein estima entre 400 e 500 pessoas; sendo que a população em toda a área da província de Yehud seria de cerca de 15.000 pessoas, contra as cerca de vinte ou trinta mil estimadas por Carter e Lipschits (p. 38).

Nesses cálculos, precisamos reconhecer que de alguma forma a plausibilidade das descobertas da arqueóloga Kathleen Kenyon (p. 39) continua válida, corrobora inclusive com a afirmação de Finkelstein de que “não há nenhuma prova arqueológica para a muralha de cidade de Neemias” (p. 41) e, portanto, “datar a inserção deste texto [as memórias de Neemias, especialmente Ne 3] do período hasmoneu pode corresponder à importância atribuída à figura de Neemias nos primeiros dois capítulos de 2 Macabeus (como o construtor do templo!)” (p. 46).

No *capítulo 2*, o autor não identifica o século especificamente na abordagem sobre a lista dos repatriados, tomando por parâmetro metodológico a extensão de Jerusalém na Idade do Ferro II; acrescentamos que esse período arqueológico de longo curso cobre de 925/800 a 608/586 (Ferro IIA, IIB e IIC) na cronologia clássica (SHARON, 2014, p. 62). Aqui, os mais importantes sítios escavados são debatidos à luz dos resultados de pesquisas do autor e de outros arqueólogos: considerando a escavação em Jerusalém, “no final da Idade do Ferro II, Jerusalém estendia-se tanto sobre a aresta da ‘Cidade de Davi’ quanto sobre a colina sudoeste, uma

área de aproximadamente 60 ha” (p. 59). Comparado com as dimensões territoriais do período persa, de cerca de 2,5 ha, a cidade praticamente desapareceu, voltando a se expandir no final do período helenista, quando volta a “cobrir toda a área da cidade prévia da Idade do Ferro II” (p. 61). Os dados do autor diferem dos 6 ha, afora o monte do Templo, propostos por Carter e Lipschits e os cerca de 12 ha, de Nahman Avigad (p. 61, n. 17). Especificamente, a questão diz respeito aos locais que atestam a presença circunstancial de moradias, cotejados com a lista de repatriados em Esd 2,1-76 e Ne 7,6-68. Para melhor compreender o debate sugerimos ver a tabela na p. 74.

Finkelstein afirma que “de três a cinco locais mencionados na lista (incluindo locais que foram inteiramente escavados) não foram habitados no período persa, e em outros locais a atividade foi fraca”; portanto, conclui que “quatro dos cinco locais com maior número de impressões de selos de Yehud estão ausentes da lista – outra indicação de que a lista não se encaixa na realidade do período persa” e por isso tornar-se irrelevante para os novos resultados do exame das evidências posicionar-se pela antiguidade persa a materialidade da lista: “a lista dos repatriados não pode ser vista como autêntico registro dos locais onde os repatriados se instalaram no período persa” (p. 75). Será preciso recorrermos aos Macabeus, especialmente ao primeiro livro dos Macabeus.

Finkelstein coloca as narrativas bíblicas paralelamente aos seus relatórios arqueológicos no *capítulo 3*. Em Neemias, cinco ou sete locais aparecem como sedes administrativas: Jericó (leste) e Gezer (noroeste), Jerusalém, Bet-Carem (talvez Ramat Rahel), Masfa (norte), Betsur (sul), Ceila (oeste); notadamente, com o poder concentrado nas cidades centrais por causa da distância entre Jerusalém e as áreas sob o controle de Ceila e Betsur. Finkelstein e Lipschits mantêm a historicidade de Ne 3 quanto à divisão da província de Yehud em cinco distritos, sem os locais a leste e a oeste. Contudo, a extensão de Yehud continua improvável; por isso Finkelstein considera que não reflete as fronteiras do período persa. Seu argumento: Ne 3 refere-se a uma metrópole jordaniana, com os 60 ha, já mencionados no *capítulo 2*, com muralhas de até 3,5 quilômetros numa territorialidade que alcançava as planícies da Shefelah, enquanto no período persa a cidade não media mais que 2,5 ha (p. 84-85). Acrescente-se que Masfa e Nebi Samuel pode não terem sido controladas no período persa, pela atestação de apenas 5,5% dos selos, a lista “provavelmente deveria ser datada do período helenista” (p. 88-89).

Sendo assim, Finkelstein argui que “parece que a descrição em Ne 3 – que não pertence às Memórias de Neemias e provavelmente foi inserida no texto de Neemias –, se não utópica, pode representar a realidade da construção do Primeiro Muro pelos hasmoneus no século II a.C.” (p. 85). Desta forma, cai por terra literalmente a monumentalidade da cidade de

Jerusalém. O claro conflito entre fontes literária e artefactual é exposto em duas tabelas e um mapa (3.1 e 3.2, p. 92 e 97). A área total de locais no período persa é de 88, no período helenista é de 203, e a área construída por hectare no período persa é de 47,5, enquanto no período helenista chega a 232. Enfim, a Yehud persa teria 12.000 pessoas e a Yehud helenista, 40.000 (p. 104). Sobre Yehud e Jerusalém quanto a locais e área construída no Ferro II e no período helenista para delimitar as ações no período persa, a nosso ver, seria necessário projetar o amplo plano de fundo demográfico em suas variações após a queda de Samaria.

O *capítulo 4* fecha o quadro dos três artigos cujos temas serão retomados nos capítulos posteriores. Agora, o debate é estabelecido em torno daqueles que se posicionam contrários à construção da muro. A historicidade do nome dos três adversários que lideram a resistência a Neemias, o horonita Sanabalat, o amonita Tobias e o árabe Gozem, ficou atestada por textos extrabíblicos dos períodos persa e helenista (p. 109).

Esperava-se a análise das políticas de limites de cidades e os mecanismos de força de defesa utilizados por ambos os lados, o que não ocorre. Afora as questões relativas ao nome dos agentes e a aporia sobre a territorialização de Yehud, nas últimas páginas do capítulo somos informados de que os adversários de Neemias representam a tensão nas fronteiras de Samaria, Amon, no lado leste da Pereia, os árabes do sul e Asdod (p. 116-17).

No *capítulo 5* retoma-se tematicamente o *capítulo 2* pela relação de ancestralidade entre a repatriação e a genealogia, pressuposta fortemente numa realidade histórica em que através de duas tabelas arqueológicas dos locais com detalhes em notas pretende transmitir os períodos de atividade. A camada redacional de 1Cr 2-9 será a fonte bíblica que o autor submeterá aos testemunhos arqueológicos, visando então expor a realidade provável. As listas genealógicas não preservam memórias do Ferro II nem reflete a realidade da época em relação aos vales de Bersabeia e Shefelah, mas copia Jos 19, compilando com outros materiais de épocas variadas. No entanto, as listas não são utópicas, o que reforça a perspectiva contextual com Ne 3 de que elas são do período helenista, ou seja, “a distribuição dos locais mencionados no núcleo das listas genealógicas em 1Cr 2-9 não se ajusta à extensão territorial da Yehud do período persa” (p. 139).

Quando trata sobre a realidade hasmoneia (p. 144-46), o autor repete com alguma nova informação o que havia dito no *capítulo 4* sobre as fronteiras de Yehud/Judeia (p. 115-16). Na página 146, lemos a expressão “população gentia” (veja também p. 205). O que seria isso no século II a.C.? Há uma incorreção gráfica na nota 70 (p. 146). Na página 148, Finkelstein não continua sua discussão sobre o programa literário das Crônicas e a

datação das listas iniciada na página 146, com isso interrompeu um debate vigoroso entre arqueologia e literatura bíblica.

Em “As cidades fortificadas de Roboão (2Cr 11,5-12)”, *capítulo 6*, o autor afirma decisivo que as primeiras fortificações jadaítas, na Shefelah e no vale de Bersabeia, são do século IX a.C. (p. 158) e “todos os cinco locais mencionados na lista das fortalezas de Roboão que foram escavados foram fortificados no período helenista” (p. 171). Ainda que não signifique que a obra cronista seja do século II a.C., é estimulante ter acesso ao processo de reposição temporal das grandes e mais antigas estruturas judaítas e com isso um veredito contra uma “monarquia unida”. No entanto, Finkelstein parece sobrestimar Josias, sugerindo que ele teria transformado Judah em um “império” (p. 161). Toma quem por parâmetro? Entre as páginas 172 e 173 parece haver uma incorreção na contagem dos versículos de 2Cr 11,5-12, ao invés de “sete versículos”, são oito; e no “adendo” da página 175, afirma-se que “não é obrigatório datar a lista de fortificações separadamente, posterior ao resto do relato de Roboão em 2Crônicas”, mas poderia dizer que é razoável separar em relação ao livro como um todo.

No *capítulo 7*, o mais longo do livro, a materialidade da expansão territorial agora é contraposto a narrativas de 2Crônicas, requerendo maiores detalhes do que Ne 3 no *capítulo 3*. Um conjunto de proposições do autor chama-nos a atenção, tais como: a ausência do contingente para mobilização de guerra no período persa (p. 179-80); o movimento literário da reescrita da história no período helenista, sem a influência da cultura literária helenista (p. 184-85); bem como o fato de que “a ideologia territorial do(s) autor(es)” determina a datação de Crônicas no século II a.C. (p. 189). Esta última questão retomada das páginas 180-81 em que fora deixado inconcluso o problema literário: “o material oriundo do século II a.C. deveria ser considerado como acréscimos (*sic*) ou redações posteriores (*sic*), ou se o livro foi escrito nos tempos hasmoneus”. A longa explanação em torno das crônicas, guerras retroprojetadas para os séculos X–VIII a.C. e a geografia, parece ter por objetivo comprovar que “as listas genealógicas pretendam legitimar o governo judaico sobre áreas transferidas para ou conquistadas pelos hasmoneus” (p. 205, 207) e que “2 Crônicas (pelo menos 2Cr 10–36) foi escrito (ou significativamente ampliado) no final do século II a.C.” (p. 212). Em adição, há mínimas incorreções gráficas (p. 206, 207, 208, 209), nada que impeça a completa compreensão por parte de leitora e leitor.

Em conclusão, retomemos duas inquirições: Finkelstein concorda que a escrita cronista não foi influenciada pelo helenismo (p. 184-85). A nosso ver, a questão é mais de arqueologia literária e menos de área da arqueologia trabalhada pelo autor, talvez por isso faltou apresentar as diferenças de texto e forma nas Crônicas. Matthew J. Goff (2016, p. 243) argui que

“de acordo com a literatura macabaica, no início do século II a.C. havia um ginásio, um centro tradicional da *paideia* (educação), em Jerusalém” e que “na Palestina, um autor judeu chamado Eupolemus, provavelmente o oficial macabaico enviado a Roma por volta de 160 a.C. (1Mac 8,17-18; 2Mac 4,11), compôs uma obra historiográfica em grego sobre o reino bíblico da Judeia”; além disso, “no século II a.C., Teodotus recontou a história do estupro de Dinah de Gênesis 34, escrevendo em versos épicos gregos hexâmetros”. Essas evidências não exigiriam crítica de cunho linguístico-filológico sobre a assimilação de saberes locais por historiógrafos judeus em camadas de crônicas compósitas? Uma última questão, por ter ficado sem resposta inclusive na conclusão do livro: Sendo parte de um bloco antigo, em qual época se situa 2Cr 2–9?

Em adição, vemos que o autor reexaminou cuidadosamente suas próprias pesquisas arqueológicas e resultados de escavações, com os quais enuncia um novo olhar e significado aos temas. Com estilo objetivo, o autor esclarece e exemplifica através da utilização de mapas, tabelas e referências seus fundamentos argumentativos, nos impulsionando a uma reflexão crítica. É um livro que exige conhecimentos prévios para ser devidamente entendido – seja no aspecto historiográfico a que nos ocupamos, seja no aspecto arqueológico –, além de algumas releituras e pesquisas quanto a conceitos, autores e contextos, uma vez que são apresentados a partir de ideias, cultura material e posições de estudiosos e suas pesquisas.

Em todos os temas e questionamentos enunciados o autor utilizou as metodologias propostas com clareza e detalhamento, por vezes demolindo muitas conclusões que não obstante clássicas se tornaram lugares comuns e levando-nos a compreender as implicações teológicas contemporâneas das descobertas recentes. As metodologias histórica e arqueológica – por vezes específicas a depender da enunciação – utilizadas pelo autor auxiliam na compreensão da atividade científica, o que nos leva a afirmar que o livro atualiza o nosso conhecimento, inclusive para influenciar estudos com aderência de estudantes e estudiosos do antigo Israel. Enfim e à maneira de nota, leitora e leitor de domínios das Ciências Humanas terão proveito ao ler o livro, e o prazer da leitura consistirá também em aperceber-se das ironias e verdadeiras postulações de controvérsias com que Finkelstein estabelece a *intrigue* com pesquisadores em adendos de capítulos do livro (por ex., p. 50-55, 77-82, 149-51, 212-13).

Referências

GOFF, M. J. The Hellenistic Period. In: NIDITCH, S. (Ed.). *The Wiley Blackwell companion to ancient Israel*. Oxford: Wiley Blackwell, 2016. p. 241-256.

SHARON, I. Levantine chronology. In: STEINER, M. L.; KILLEBREW, A. E. (Eds.). *The Oxford handbook of the archaeology of the Levant: c. 8000–332 BCE*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 44-65.

João Batista Ribeiro Santos
Amanda Carolina dos Santos